



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

5492

Presidente da Mesa Diretora: José Maria Saraiva

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Imóveis

Autoria: Executivo Municipal

Data: 18/03/2004

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 12/2004. Desafeta área de terreno do município e autoriza sua doação à Associação de Moradores do Bairro Cidade Industrial. (Terreno de 600,00 m², localizado no loteamento Cidade Industrial – CDI).

Controle Interno – Caixa: 12.3 **Posição:** 03 **Número de folhas:** 08

Espécie: PL
Categoria: Imóveis
CV: 12.3
Ordem: 03
nº fcs: 06



12/2004

23.03.2004

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2.004

AUTOR:

EXECUTIVO MUNICIPAL

ASSUNTO:

Desafeta área de terreno e autoriza doação à Associação de Moradores

do Bairro Cidade Industrial.

(área de terreno, medindo 600 m², que constitui parte de área Institucional localizada no loteamento Cidade Industrial.

Barra

MOVIMENTO

- 1 - Entrada em 18/03/2.004
- 2 - Comissão de Legislação e Justiça
- 3 - *APROVAÇÃO EM REGIME DE URGENCIA*
- 4 - *EM 23.03.2004*
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

PROJETO DE LEI Nº

***DESAFETA ÁREA DE TERRENO DE SUA
CARACTERÍSTICA DE USO INSTITUCIONAL,
AUTORIZA DOAÇÃO E CONTÉM OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

O povo do Município de Montes Claros-MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desafetada de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), que constitui parte de área institucional localizada no loteamento Cidade Industrial, nesta cidade, contendo a área ora desafetada os seguintes limites e confrontações:

“partindo do alinhamento da rua 29 e o alinhamento de rua projetada, segue pelo alinhamento da dita rua 29 a uma distância de 14,50m; deste, deflete à direita e segue pelo mesmo alinhamento anterior e limita com área escolar a uma distância de 31,90m; deste, deflete à direita e segue limitando com área institucional a uma distância de 25,61m; deste, deflete à direita e segue pelo alinhamento de rua projetada, a uma distância de 29,90m até o ponto onde iniciou esta descrição.”

Art. 2º - A área de terreno ora desafetada de sua característica de uso institucional passa a integrar o patrimônio disponível do Município.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer a doação da área descrita no art. 1º desta Lei, à Associação de Moradores do Bairro Cidade Industrial, destinando-se a mesma à construção da sede da referida entidade.

Art. 4º - Na conformidade das disposições contidas nos parágrafos 1º, 2º e 3º, do art. 106 da Lei Orgânica Municipal, fica a entidade donatária na obrigação de iniciar a construção mencionada no artigo 3º desta Lei, dentro do prazo de 3 (três) anos e terminá-la no prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de assinatura da escritura pública de doação.



PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito


Parágrafo Único - Em caso do não cumprimento, pela entidade donatária, de sua obrigação dentro dos respectivos prazos, conforme preceituado neste artigo, ocorrerá a reversão automática do imóvel doado ao patrimônio do Município, observado o disposto no § 3º, do Art. 106 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º - Fica a entidade donatária obrigada a providenciar o recebimento da escritura pública de doação, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei.

Parágrafo Único - As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos à escritura do imóvel a ser doado, correrão às expensas da entidade donatária.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Montes Claros(MG), 01 de março de 2.004.


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
À COMISSÃO DE LEGI-SLAÇÃO
E POS-TIVA
EM 19 DE MARÇO DE 2004

PRESIDENTE

E/CGM e UNIMUNAL

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
REGIME DE URGÊNCIA
EM 23 DE MARÇO DE 2004

PRESIDENTE



MEMORIAL DESCRITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS DIVISÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA

IDENTIFICAÇÃO: Parte de área institucional localizada no loteamento Cidade Industrial - Município de Montes Claros – MG.

ÁREA TOTAL : 600,00m²

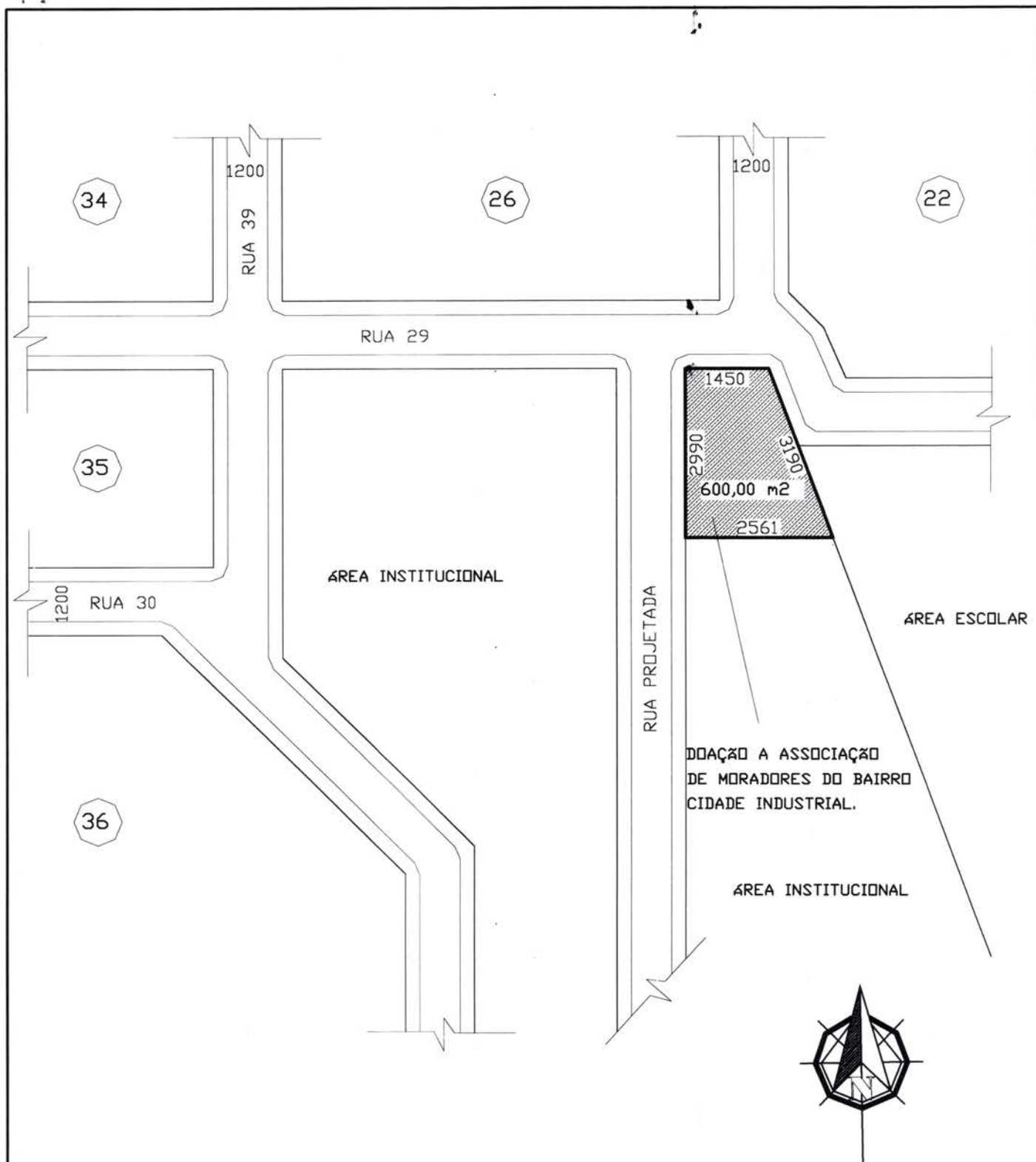
PROPRIETÁRIO : Prefeitura Municipal de Montes Claros.

FINALIDADE : Doação a Associação de Moradores do bairro Cidade Industrial.

DESCRIÇÃO

Partindo do alinhamento da Rua "29" e o alinhamento de rua Projetada segue pelo alinhamento da dita Rua "29" a uma distância de 14,50m; deste, deflete a direita e segue pelo mesmo alinhamento anterior e limite com Área Escolar a uma distância de 31,90m; deste, deflete a direita e segue limitando com área institucional a uma distância de 25,61m; ; deste, deflete a direita e segue pelo alinhamento de rua Projetada a uma distância de 29,90m até o ponto onde iniciou esta descrição.

SETOR DE TOPOGRAFIA
Montes Claros, 20 de fevereiro de 2003



MONTES CLAROS
PREF. MUNICIPAL

PREF DE MONTES CLAROS
ADM. TODOS POR M. CLAROS
PREF JAIRO A. VIEIRA

SEC. MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS
SEC. JOÃO H. RIBEIRO

GERÊNCIA DE PROJETOS DE ENGENHARIA
JOÃO GUIMARÃES SANTOS NETO

LEVANTAMENTO
GUSTAVO T.A. PIRES CREA-10535/TD
JEFFERSON LEITE DE MELO

CONTÉM:
DOAÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO CIDADE INDUSTRIAL,
MONTES CLAROS-MG.

AREA 600,00 m²

DESENHO
JEFFERSON LEITE

ESCALA
1/1000

DATA
FEV/2003

PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG

Gabinete do Prefeito

Montes Claros, 08 de março de 2.004

OFÍCIO Nº: GP/063/2004
ASSUNTO: Encaminhando Projeto de Lei
SERVIÇO: Gabinete do Prefeito

Senhor Presidente,

Estamos encaminhando à apreciação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei que dispõe sobre a desafetação de terreno e autoriza sua doação à Associação de Moradores do bairro Cidade Industrial, a fim de que a referida entidade possa nele edificar a sua sede, ganhando melhores condições para a realização do seu trabalho comunitário naquele bairro.

Esperando que esta matéria tenha a aprovação dessa Edilidade, renovamos a V. Exa. e a seus nobres Pares nossos protestos de apreço e estima.

Atenciosamente,


Jairo Ataíde Vieira
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.
Vereador José Maria Saraiva
DD. Presidente da Câmara Municipal
MONTES CLAROS - MG



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI N.º _____ / 2004 QUE “ Desafeta área de terreno e autoriza doação à Associação de Moradores do Bairro Cidade Industrial.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Montes Claros – MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O Projeto sob comento visa desafetar de sua característica de uso institucional a área de terreno medindo 600,00 m² (seiscentos metros quadrados), que constitui parte de área institucional localizada no loteamento Cidade Industrial, nesta cidade e, para tanto, estabelece os limites e as suas confrontações. Por conseguinte, fica o Poder Executivo autorizado a fazer a doação da área descrita à Associação de Moradores do Bairro Cidade Industrial, destinando-se a mesma à construção da sede da referida entidade.

É de se sobrelevar, as considerações feitas por *Hely Lopes Meirelles*, de que “ *o Município pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso público, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse local e convenientes à comunidade* ”.

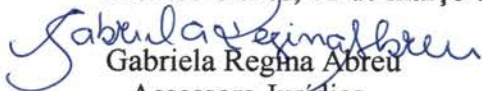
Com fulcro no art. 71, inc. XXV da Lei Orgânica do Município, temos: “ Compete ao Prefeito, dentre outras atribuições, providenciar sobre a administração dos bens do Município (...), na forma da lei ”.

As despesas de lavratura, registro e outros emolumentos relativos à escrituração do imóvel doado, correrão às expensas do donatário. Destarte, o Projeto de lei não irá onerar o erário público.

Ex positis, o Projeto de Lei não fere e nem contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Constitucional e tampouco infringe normas superiores ordinárias e complementares, sendo de igual forma, Legal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 22 de março de 2004.



Gabriela Regina Abreu

Assessora Jurídica

OAB/MG 81.617